

Respaldo político para a negociação

por José Casado
de Brasília

O PMDB já começou a articular com outros partidos uma ação de respaldo político ao governo José Sarney para um endurecimento com os credores estrangeiros nas gestões sobre a dívida externa, a partir de dezembro.

Ontem, os deputados Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, e Pimenta da Veiga, líder do governo na Câmara, começaram a explicar aos líderes do PTB, PDT, PDS e PT a decisão do partido em formalizar, na próxima semana, uma proposta para radical mudança no curso da negociação da dívida, utilizando-se até mesmo a declaração unilateral de moratória.

"É tempo de conscientização", dizia, sorrindo, Pimenta da Veiga, momentos antes de iniciar uma reunião com as lideranças partidárias na Câmara Federal.

O PFL, sócio do PMDB

na Aliança Democrática, que serve de sustentáculo político ao governo Sarney, mostra-se disposto ao apoio sem restrições: "Admito que devemos dar carta branca ao presidente para que ele, inclusive, cesse os pagamentos da dívida externa, caso não deem resultado as negociações para reescalonar os pagamentos a longo prazo", comentou o deputado José Lourenço (PFL-BA), líder do partido.

Economistas do PMDB, agrupados na Fundação Pedrosa Horta, que opera como um "braço" técnico e doutrinário do partido, já têm maturadas idéias básicas sobre a proposta ao governo, a partir de dois cenários.

No primeiro, mais favorável, o País consegue superar, até dezembro, a "emergência cambial" que enfrenta — projeções otimistas indicam que as reservas cambiais devem oscilar entre US\$ 4,4 bilhões e US\$ 4,6 bilhões ao final do próximo mês (no começo

do ano somavam US\$ 7,7 bilhões).

Há indícios claros de que o governo federal, no momento, aposta na possibilidade de superação dessa crise. Um dos mais próximos assessores do ministro Dilson Funaro, o economista João Manuel Cardoso de Mello, por exemplo, desde o começo da semana dedica-se a um esforço concentrado sobre os exportadores, para que aumentem substancialmente o volume de suas operações nos próximos 45 dias.

Alcançado esse objetivo, o governo teria "fôlego" na gestão da economia para um acerto com os credores externos, num prazo-limite de sessenta dias, em torno de uma solução combinada dos seguintes aspectos: a) redução das taxas de juros reais; b) aumento dos recursos fornecidos por organismos multilaterais e agências financeiras dos países desenvolvidos; e c) retomada do fluxo de recursos voluntários do setor privado na forma de empréstimos ou investimentos diretos.

A outra hipótese é a da solução sem cooperação dos credores. Nesse caso, o PMDB vai sugerir ao governo o recurso da moratória de 90 a 180 dias a partir do momento em que for possível antever a queda das reservas cambiais para o limite que os militares costumam chamar de "máxima segurança", hoje indicado no patamar de US\$ 4 bilhões.

Os menos otimistas, no governo e no PMDB, acreditam que isso ocorra ainda no mês de dezembro, pois a tendência até agora observada nas negociações com os bancos não indicaria uma solução cooperativa próxima. Com essa análise, porém, não concordam algumas áreas importantes do governo, como o comando do Banco Central.

O PMDB, também, deverá recomendar ao governo uma articulação política internacional, prévia à eventual declaração unilateral de moratória, de forma a viabilizar a manutenção de um fluxo mínimo indispensável de importações essenciais ao funcionamento da economia.

Outra etapa dessa articulação seria com países em situação semelhante à do Brasil e que inclui alguns que já optaram pela moratória negociada, como é o caso da Argentina e do México, para formação de um

Respaldo político para a...

28 NOV 1986

por José Casado
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

"bloco" político em fóruns internacionais, como o FMI.

Algumas idéias adicionais estão em debate, como a inclusão, no documento, de uma manifestação contrária a qualquer acordo de negociação da dívida que envolva a submissão do Banco Central a foro judicial estrangeiro. Teses como essa foram aprovadas no Congresso que o PMDB realizou em agosto último.

"O objetivo não é a declaração de moratória, mas o estabelecimento de condições de negociação que garantam o crescimento da economia brasileira", explicou o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) ao repórter Zanoni Antunes.

Na noite da última terça-feira, em Brasília, ele juntou-se ao ministro Raphael de Almeida Magalhães, ao deputado Pimenta da Veiga e aos governadores recém-eleitos Miguel Arraes (Pernambuco), Pedro Simon (Rio Grande do Sul), Moreira Franco (Rio de Janeiro) e Waldyr Pires (Bahia), numa reunião que o deputado Ulysses Guima-

res convocou, repentinamente, em sua residência.

Nesse encontro, assistiu-se a um Ulysses preocupado com as críticas de certas áreas do partido aos recentes ajustes no Plano Cruzado. A certa altura, o presidente nacional do PMDB explicou a razão básica do seu imediato respaldo às medidas, acrescentando um pedido para o consenso no partido quanto à crítica situação da economia: "Apoiei porque estamos numa emergência", justificou Ulysses. E revelou os dados que havia recebido do governo sobre a posição das reservas cambiais.

Decidiu-se, então, que era chegada a hora de o PMDB tomar posição, formalizando-a num documento que funcionaria como uma espécie de "cheque em branco" ao presidente — como definiu o líder do PFL —, e, certamente, contribuiria muito para reaglutinar o governo, o PMDB, os demais partidos e a sociedade em torno de um projeto nacional.

Definiu-se, ainda, que a elaboração do documento ficaria a cargo da Fundação Pedroso Horta, sob a coordenação de seu presi-

dente, senador Severo Gomes, e de um de seus diretores, o economista Luciano Coutinho, ministro interino da Ciência e da Tecnologia, tomando-se, porém, cuidados extremos para evitar qualquer tipo de personalização na divulgação da proposta. E combinou-se, ainda, que os líderes do PMDB procurariam evitar a menção da palavra "moratória" durante e até a divulgação do documento, prevista para os próximos dez dias.

Está-se cumprindo o combinado. Ontem, por exemplo, quando solicitado a comentar a "proposta de moratória" do PMDB, Ulysses Guimarães foi lacônico: "A solução (da dívida externa) tem de respeitar os interesses sociais do País. Essa é a preferência".